

BRASILIANAS

Rosinei Coutinho/STF



O procurador-geral da República, Paulo Gonet

PGR analisa Ficha Limpa e reafirma candidatura Arruda

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer em que defende a manutenção de trechos e a suspensão de outros da revisão da Lei da Ficha Limpa, que foram alterados pelo Congresso em 2025. Para ele, dois dispositivos — os parágrafos § 4º-D e § 4º-E da Lei nº 64/1990 — criam distorções ao igualar agentes condenados uma única vez a outros com múltiplas e mais graves condenações.

A manifestação ocorre no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pela Rede Sustentabilidade, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Apesar de pedir a suspensão de parte das mudanças, Gonet defendeu a manutenção do dispositivo que fixa em 12 anos o prazo máximo de inelegibilidade em casos de múltiplas condenações por improbidade. Segundo ele, o limite unificado “não merece crítica do ponto de vista técnico-constitucional” e se insere na margem legítima.

Efeito prático: A liberação da candidatura de Arruda.

A posição da PGR, se acolhida pelo STF, na prática libera a candidatura do ex-governador José Roberto Arruda. Isso porque sua condenação colegiada ocorreu em 17 de julho de 2014, e o prazo máximo de 12 anos já teria se esgotado.

Dalton Camargos



Duas rodas de conversa sobre a mostra em janeiro

Conversas: ‘Na cidade mora um rio’

Como parte da programação da mostra “Na cidade mora um rio”, de Lino Valente, serão realizadas duas conversas abertas ao público. Os encontros abordarão temas relacionados à paisagem e à arte, com foco na ampliação da percepção do sutil e do olhar nas artes visuais.

Amanhã, dia 9 de janeiro, às 16h, a historiadora da arte e curadora Renata Azambuja conduzirá a conversa “A meditação em movimento”, que trata do aspecto meditativo na obra de Lino Valente. Já no dia 23 de janeiro, também às 16h, a artista Helena Lopes apresenta a fala “Efemeridade da passagem, deslocamento do olhar”. As conversas acontecem na Galeria 3 do Museu Nacional da República, com entrada gratuita e livre.

Em sua primeira individual institucional, Lino Valente parte da questão ambiental para desenvolver uma série de fotografias criadas a partir de frames de filmes. Imagens indefinidas, de cores saturadas, desdobram-se em impressões sobre chapa de metal, videoprojeções, videoinstalações e backlights.

William França

“Inelegibilidade é questão superada”

“Brasilianas” procurou ontem o ex-governador José Roberto Arruda. À coluna, ele afirmou que o parecer “reconhece a competência do Congresso para legislar sobre a matéria” e confirma a constitucionalidade do teto de 12 anos.

Com isso, segundo ele, sua situação de elegibilidade estaria “objetivamente superada”, caso o Supremo acompanhe o entendimento da Procuradoria-Geral da República.

O que Gonet contextou foi o § 4º-D da Lei da Ficha Limpa revista pelo Congresso determina que ações judiciais sobre os mesmos fatos gerem inelegibilidade a partir da primeira condenação colegiada, mesmo que sanções posteriores sejam mais severas.

Já o § 4º-E prevê que, em casos de improbidade conexa julgados em processos separados, o prazo de oito anos deve ser contado a partir da primeira condenação colegiada. Para Gonet, ambos os trechos produzem efeitos desproporcionais e devem ser suspensos cautelarmente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou partes da norma, mas manteve a questão dos prazos da inelegibilidade.

MP destina R\$ 1,2 MI para projetos

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) destinou R\$ 1,2 milhão para ações e projetos sociais e políticas públicas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) celebrados ao longo de 2025. A estratégia transforma penalidades e compromissos legais em benefícios diretos à população, com foco na proteção do consumidor e no bem-estar.

O promotor de justiça Paulo Binichski destaca que os acordos celebrados pelo MPDFT vão além da responsabilização formal e podem produzir efeitos concretos para a sociedade. “Os TACs são instrumentos de reparação célere e de indução de condutas responsáveis”, afirma. Para ele, quando aplicada com técnica e responsabilidade, a autocomposição “pode se converter em política pública de transformação social”, com impactos mensuráveis na vida dos consumidores e no fortalecimento da cultura de respeito aos direitos difusos.



Dados mostram mais pesquisas e patentes lançadas em 2025

UnB teve 109 ativos de propriedade intelectual

Universidade consolida proteção do conhecimento científico

A Universidade de Brasília (UnB) contabilizou 109 Ativos de propriedade intelectual (PI) em 2025, superando os 70 registros do ano anterior e ampliando a inserção do conhecimento acadêmico no Distrito Federal.

De acordo com a Secretaria de Comunicação institucional (Secom-UnB), até dezembro, foram formalizados 40 pedidos de patente, 12 desenhos industriais, 52 programas de computador e 5 marcas institucionais.

No mesmo período, 30 tecnologias foram licenciadas, o que permitiu a aplicação de resultados de pesquisas fora do ambiente universitário.

O desempenho está ligado à atuação do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), responsável por orientar a proteção, a transferência e o uso econômico das criações desenvolvidas na instituição. Ao longo do ano, o CDT intensificou ações de apoio a docentes, estudantes, pesquisadores e técnicos.

Entre as iniciativas, houve o fortalecimento do Núcleo de Propriedade Intelectual, que passou a operar com equipe multidisciplinar, rotinas atualizadas e capacitações permanentes.

O centro também implantou o Programa CDT INTEGRA, com visitas quinzenais aos quatro campi da UnB, ampliando o contato direto com a comunidade acadêmica e estimulando novos registros. Após a formalização

das proteções, o CDT acompanha os projetos no processo de transferência de tecnologia.

Segundo a Secom, a atuação busca identificar oportunidades de licenciamento e, quando possível, de comercialização, ampliando as chances de produtos, processos e serviços chegarem ao mercado ou a políticas públicas.

Esse fluxo é reforçado pelo Programa PRISMA, criado em 2025 para apoiar a conversão de projetos acadêmicos em ativos protegidos e soluções aplicáveis.

Para a UnB, os avanços internos também repercutiram em avaliações externas. Em 2025, a Universidade subiu seis posições no ranking IESE, da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, alcançando o 10º lugar entre as instituições de ensino superior mais empreendedoras do país e mantendo a liderança na região.

O crescimento dos registros foi influenciado por políticas de estímulo à inovação. Em 2024, a instituição lançou o Edital DPI/CDT/PCTEC nº 01/2024, direcionado a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com potencial de geração de ativos e impacto socioambiental.

Ao todo, 73 propostas foram contempladas, com exigência de registro como parte da prestação de contas. Como o edital segue em execução, os efeitos mais amplos são esperados para 2026. As proteções realizadas pelo CDT são acompanhadas desde o início.